

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL.PPSA.003/2023****Credenciamento de Escritórios de Advocacia para a PPSA**

(Atualizado em: **02/08/2023** – Esclarecimento nº 13)

**ESCLARECIMENTO Nº 13:**

**Pergunta:** Entendemos que a lista de temas e assuntos disponibilizadas para as áreas de atuação é apenas exemplificativa, assim, em relação a área de atuação - Direito Penal, caso o escritório não apresente atestado que conste especificamente experiência para o item: Defesa de empregados, ocupantes de cargo de livre provimento e dirigentes da PPSA acusados da prática de crimes ou infrações administrativas em razão do exercício de suas atividades profissionais, na forma do Estatuto Social, ele não será desclassificado. Está correto este entendimento?

**Resposta:** Sim, o entendimento está correto. Conforme consta no item 4 do Edital de Credenciamento nº IL.PPSA.003/2023, o credenciamento se dará por meio das áreas de atuação do Direito. Os temas e assuntos organizados por área de atuação são apenas uma lista exemplificativa:

***“4 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS***

*O Credenciamento se dará pelas áreas de atuação do Direito, que possuem maior relevância para a atuação da PPSA, conforme lista abaixo: (...)*

- 1 - Área de Atuação: Direito do Petróleo e Gás Natural;*
- 2 - Área de Atuação: Direito Administrativo;*
- 3 - Área de Atuação: Direito Civil;*
- 4 - Área de Atuação: Direito Societário;*
- 5 - Área de Atuação: Mercado de capitais;*
- 6 - Área de Atuação: Direito Internacional;*
- 7 - Área de Atuação: Direito Ambiental;*
- 8 - Área de Atuação: Direito Tributário;*
- 9 - Área de Atuação: Previdência Complementar;*
- 10 - Área de Atuação: Direito do Trabalho;*
- 11 - Área de Atuação: Direito Penal;*
- 12 - Área de Atuação: Direito da Propriedade Intelectual; e*
- 13 - Área de Atuação: Direito da Informática.*

*Como exemplos de temas e assuntos, organizados por área de atuação, que são relevantes para a contratação, temos a seguinte lista exemplificativa: (...)*

*11 - Área de Atuação: Direito Penal: (...)*

- Defesa de empregados, ocupantes de cargo de livre provimento e dirigentes da PPSA acusados da prática de crimes ou infrações administrativas em razão do exercício de suas atividades profissionais, na forma do Estatuto Social.” (grifo nosso)*